

Sem planos de curto ou longo prazo, economia fica à deriva

LÉA CRISTINA

Se ficar, o bicho pega; se correr, o bicho come. A economia do país vive hoje paralisada entre um forte sentimento antiplanos e a vontade da sociedade de dar um basta nas perdas provocadas por uma inflação anual de 1.200%, a segunda maior do mundo, inferior apenas à da Rússia. Medidas que poderiam dar resultado a curto prazo, como o congelamento, são criticadas porque representam quebra de contratos; medidas de médio ou longo prazo, como o ajuste fiscal, são criticadas porque as soluções ficam distantes.

Enquanto isso, o país assiste a um entra-e-sai de presidentes e ministros da Fazenda sem que política econômica alguma acabe, sequer, sendo iniciada. Para os economistas Dionísio Carneiro, da PUC/RJ, e Benedito Adeodato, diretor de Preços Industriais da gestão Zélia Cardoso de Mello, a paralisia começou com a crise política que resultou no impeachment de Fernando Col-

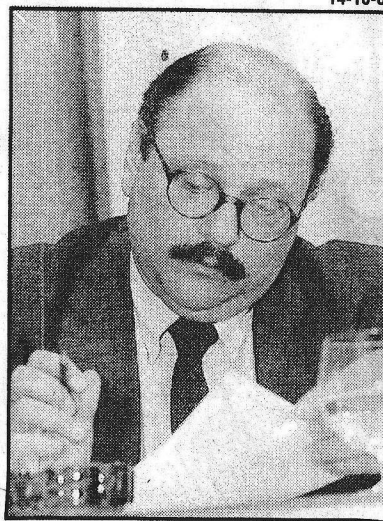
lor. Outro membro do antigo Governo, Eduardo Modiano, acha que foi na atual gestão que a economia perdeu o rumo.

— Essa paralisia começou na metade da administração Marcílio, em meio à crise política, quando se passou a considerar que fazer política econômica era apenas dizer que não haveria choque — opina Adeodato.

— Com Marcílio Marques Moreira, o país tinha diretrizes traçadas para médio e longo prazo. Havia um caminho que era o da modernização, o da integração do país à economia mundial. Hoje, a sensação é que não há futuro: rompeu-se com este objetivo e não se apresentaram alternativas — afirma Modiano.

— A grande dificuldade do país está no fato de que não se consegue dar dois passos numa mesma direção — resume Dionísio, para quem a cobrança deste estado de coisas deve ser feita ao presidente Itamar, que precisa parar de agir “com a perplexidade do cidadão comum”.

Presidente perplexo, ministros



Dionísio: país está marcando passo

na corda bamba. Fica difícil mesmo optar por alguma medida que venha a mostrar que o país tem um norte a seguir. Até porque, o Brasil já tentou de quase tudo. Congelamento? Como se não bastasse representar quebra de contratos, acaba atingindo apenas o assalariado, porque empresários e profissionais libe-

rais já aprenderam a se defender e contornar as regras impostas. Além disso, mesmo produzindo queda imediata de inflação, careceria de medidas complementares que servissem para equilibrar as contas da União. Prefixação? Produz quase os mesmos problemas, se for imposta.

E o ajuste fiscal, que exigiria maior tempo e paciência? O que todos dizem ser preciso é um ajuste profundo, em que não só se procuraria aumentar a receita (através de reestruturação do sistema tributário), como também cortar despesas. Só que, para começar, o termo é usado para definir qualquer mudança no sistema, como a criação de impostos, que acaba não produzindo o necessário saneamento das contas da União. Além disso, não tem havido entendimento suficiente no Congresso para realizar as medidas consideradas necessárias. Na melhor das hipóteses, acredita-se, o ajuste pode ser votado na revisão da Constituição, marcada para começar em outubro.

14-10-87